



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**

**Projeto de Lei nº 2.222/2024**

Ofício nº 112/2024/GPGJ/PB  
2024

João Pessoa, 30 de abril de

Ao Excelentíssimo Senhor  
**Deputado Adriano César Galdino de Araújo**  
Presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba - ALPB  
**Nesta**

Assunto: Projeto de Lei nº 03/2024 - MPPB

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, encaminhamos a Vossa Excelência nos termos do que dispõe o artigo 127, § 2º da Constituição Federal c/c o artigo 15, inciso IV da Lei Complementar n. 97/2010 – Lei Orgânica do Ministério Público, **Projeto de Lei nº 03/2024**, de iniciativa deste Órgão Ministerial, que altera o quadro dos cargos efetivos da carreira do Ministério Público da Paraíba, previsto na Lei no 11.189/2018, e altera o quadro de cargos de serviços auxiliares do Ministério Público da Paraíba, previsto na Lei no 10.432/2015, decorrente de deliberação tomada pelo Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, em sua 1ª sessão extraordinária, realizada em 30 de abril do corrente ano, para tramitação de praxe nessa Casa Legislativa.

Sem mais para o momento, agradecemos desde já a atenção, e aproveito o ensejo para renovar-lhe votos de elevada consideração e apreço.

**Antônio Hortêncio Rocha Neto**  
**Procurador-Geral de Justiça**

---

Rua Rodrigues de Aquino, s/n, Centro - João Pessoa -PB – CEP: 58.013.030  
Fone: (83) 2107-6075 – Home Page: [www.mppb.mp.br](http://www.mppb.mp.br)

Assinado eletronicamente por: ANTONIO HORTENCIO em 30/04/2024



**ESTADO DA PARAÍBA  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**Anteprojeto de Lei nº 03/2024   Projeto de Lei nº 2.222/2024**

**Autor:** Procurador-Geral de Justiça

**Bases Constitucional e legal:** arts. 63, 128, inciso I, da Constituição Estadual, e art. 15, inciso III, alínea “b”, e inciso IV, do mesmo artigo, da Lei Complementar Estadual nº 97, de 23 de dezembro de 2010 (*Lei Orgânica do Ministério Público da Paraíba*).

***Altera o quadro dos cargos efetivos da carreira do Ministério Público da Paraíba, previsto na Lei nº 11.189/2018, e altera o quadro de cargos de serviços auxiliares do Ministério Público da Paraíba, previsto na Lei nº 10.432/2015.***

**Art. 1º** Ficam criados 7 (sete) cargos de Procurador de Justiça, símbolo MP-4, de números 20º a 26º, no quadro de cargos efetivos da carreira do Ministério Público da Paraíba.

**Art. 2º** Ficam criados os seguintes cargos no quadro de serviços auxiliares do Ministério Público da Paraíba:

I – 7 (sete) cargos de Assessor III de Gabinete de Procurador de Justiça, símbolo MP-NAGB603;

II – 14 (catorze) cargos de Assessor IV de Procurador de Justiça, símbolo MP-NAGB608.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público da Paraíba, em João Pessoa-PB, 30 de abril de 2024.

**Antônio Hortêncio Rocha Neto  
Procurador-Geral de Justiça**



**ESTADO DA PARAÍBA  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**JUSTIFICATIVA**

Pelo comando do art. 247 da Lei Complementar nº 97/2010 (*Lei Orgânica do Ministério Público da Paraíba*), a definição e a alteração do quadro dos cargos efetivos da carreira do Ministério Público se dá por lei ordinária. Atualmente, essa definição consta da Lei Estadual nº 11.189/2018.

Em relação aos cargos de Procurador de Justiça, observa-se que o último aumento do seu quantitativo se deu em 2003, ou seja, há mais de vinte anos. Daquela época até os dias atuais, o volume de serviço no segundo grau de jurisdição elevou-se consideravelmente. Tanto isso é verdade, que o Tribunal de Justiça da Paraíba aprovou e encaminhou para a Assembleia Legislativa projeto de lei para a criação de novos 7 (sete) cargos de Desembargador, com toda a estrutura de gabinete. Por óbvio, esse aumento de cargos no Judiciário, decorrente do volume de serviço, elevará, ainda mais, a demanda que aporta na segunda instância no Ministério Público. Acompanhar esse crescimento é medida essencial, sem a qual o *Parquet* paraibano não conseguirá dar vazão aos processos que chegarão na Instituição. Ressalte-se que, atualmente, o MPPB possui a mesma quantidade de cargos de Procurador de Justiça que o Tribunal possui de Desembargadores, qual seja de 19. Assim, o aumento do número de Desembargadores leva à necessidade de acompanhamento desse número pelo Ministério Público, sob pena de grave prejuízo no serviço.

Neste projeto, busca-se, então, a criação de novos 7 (sete) cargos de Procurador de Justiça, mantendo-se a igualdade do quantitativo de cargos atualmente existente com o Tribunal de Justiça na segunda instância. Por outro lado, necessário se faz equipar os gabinetes dos novos Procuradores de Justiça com o devido apoio de pessoal, motivo pelo qual o presente projeto também propõe a criação de novos cargos de assessoria para tal fim, nos moldes já existentes na Instituição.

Por fim, ressalte-se que o impacto decorrente deste projeto será suportado pelo orçamento do Ministério Público, conforme declaração em anexo da Diretoria de Planejamento e Gestão da Instituição.

João Pessoa, 30 de abril de 2024.

**Antônio Hortêncio Rocha Neto  
Procurador-Geral de Justiça**

Assinado eletronicamente por: ANTONIO HORTENCIO em 30/04/2024



## **DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

### **DECLARAÇÃO**

Declaro que, com base nos cálculos apresentados pela Diretoria Financeira, o impacto orçamentário para a criação de 7 vagas de Procurador(a) de Justiça e 21 vagas de Assessor(a) de Procurador(a) de Justiça é de R\$ 1.389.443,67 (um milhão, trezentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e três reais e sessenta e sete centavos) em 2024.

Declaro ainda que há disponibilidade orçamentária para atender à demanda no orçamento vigente.

João Pessoa, data e assinatura eletrônicas.

**MARCOS VINÍCIUS FERREIRA CESÁRIO**  
**Diretor de Planejamento e Gestão**

Assinado eletronicamente por: VINÍCIUS CESÁRIO em 30/04/2024